

CADERNO DE QUESTÕES

Cargo: ENGENHEIRO – ÁREA SEGURANÇA DO TRABALHO

NOME: _____

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: _____ CPF: _____

CAMPUS PARA O QUAL O CANDIDATO SE INSCREVEU: _____

Leia atentamente as instruções:

1. Aguarde a ordem do fiscal para iniciar a prova.

2. Preencha as informações solicitadas na capa do Caderno de Questões com letra legível.
3. O Caderno de Questões contém 60 (sessenta) questões objetivas. Certifique-se de que o Caderno de Questões possui 15 páginas numeradas de 1/15 até 15/15.
4. A duração total da prova é de 4 (quatro) horas.
5. O candidato deverá permanecer no local de realização da prova durante, no mínimo, 1 (uma) hora após o início da prova. O candidato que desejar levar o caderno de provas deverá permanecer na sala de provas, no mínimo, 2 (duas) horas após o início da prova.
6. Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala até que todos tenham terminado a prova, só podendo dela se retirar simultaneamente, e após assinatura do Relatório de Aplicação de Provas.
7. Ao receber a Folha de Respostas Definitiva, verifique se os dados impressos estão corretos. Caso contrário, notifique o fiscal imediatamente.
8. Cada questão contém cinco alternativas (A, B, C, D, E), das quais somente uma atende às condições do enunciado. Transcreva as respostas das questões na Folha de Respostas Definitiva utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, conforme o exemplo a seguir:

A	B		D	E
---	---	--	---	---
9. Questões com mais de uma alternativa assinalada, rasurada ou em branco serão ANULADAS. Não dobre nem amasse a Folha de Respostas Definitiva; preencha-a cuidadosamente, pois não será permitida a sua substituição.
10. Não será permitida qualquer forma de consulta, nem a utilização de qualquer tipo de instrumento de cálculo.
11. É proibido o uso de aparelhos eletrônicos, tais como *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro e equipamentos afins, óculos escuros, protetor auricular, ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, régua, esquadro, transferidor, compasso ou similares, corretivo líquido e outros materiais estranhos à prova.
12. O candidato será sumariamente eliminado do presente concurso público se, durante a realização da prova, for surpreendido comunicando-se ou tentando se comunicar com outro candidato.
13. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal de sala a FOLHA DE RESPOSTAS e o CADERNO DE QUESTÕES e certifique-se de ter assinado a lista de presença.

BOA PROVA!

1. As Normas Regulamentadoras – NR relativas à segurança e medicina do trabalho são de observância obrigatória pelas empresas:

- a) com servidores estatutários.
- b) com servidores federais.
- c) com servidores autárquicos.
- d) que possuam empregados regidos pela CLT.
- e) que possuam empregados do estado.

2. O órgão de âmbito nacional competente para coordenar, orientar, controlar e supervisionar as atividades relacionadas com a segurança e medicina do trabalho, inclusive a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho – CANPAT, o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT e, ainda, fiscalização do cumprimento dos preceitos legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho em todo território nacional é:

- a) Ministério da Educação – MEC.
- b) Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho – SSST.
- c) Secretaria do Trabalho e Renda – STR.
- d) Secretaria da Saúde Pública – SSP.
- e) Secretaria de Medicina do Trabalho – SMT.

3. Todo estabelecimento novo, antes de iniciar suas atividades, deverá solicitar aprovação de suas instalações ao Órgão Regional do MTb que, após realizar inspeção prévia, emitirá:

- a) Certificado de Aprovação de Instalações – CAI.
- b) Certificado Prévio de Uso – CPU.
- c) Certificado de Autorização Plena – CAP.
- d) Alvará de Utilização de Prédio – AUP.
- e) Alvará de Uso Pleno – AUP.

4. É facultado às empresas, com estabelecimento novo e antes de iniciar suas atividades, submeter à apreciação prévia do Órgão Regional do MTb:

- a) as patentes industriais.
- b) o número de empregados previstos.
- c) os projetos de construção.
- d) a atividade principal da empresa.
- e) o endereço da empresa.

5. A partir da constatação de situação de trabalho que caracterize risco grave e eminente ao trabalhador, o Órgão Regional do MTb adotará medidas de urgência que são:

- a) Acerto ou Multa.
- b) Vigia ou Multa.
- c) Dissídio e Aumento Salarial.
- d) Troca de Empregados e Multa.
- e) Embargo ou Interdição.

6. Durante a execução de uma obra, quando ocorrer sua paralisação total ou parcial por determinação do Órgão Regional do MTb, essa medida administrativa é denominada:

- a) interdição.
- b) embargo.
- c) rito.
- d) observação.
- e) atenuante.

7. O SESMT tem a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho. A sigla SESMT significa:

- a) Serviços de Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho.
- b) Serviços Especiais de Segurança e Medicina do Trabalho.
- c) Serviços Especializados de Segurança e Medicina do Trabalho.
- d) Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho.
- e) Serviços de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.

8. Para fins de dimensionamento dos SESMT, não serão considerados como estabelecimentos, mas como integrantes da empresa de engenharia principal responsável, a quem caberá organizar os SESMT, os canteiros de obras e as frentes de trabalho, situados no mesmo Estado, Território ou Distrito federal, com menos de:

- a) 500 (quinhentos) empregados.
- b) 750 (setecentos e cinquenta) empregados.
- c) 1.000 (um mil) empregados.
- d) 1.500 (um mil e quinhentos) empregados.
- e) 2.000 (dois mil) empregados.

9. A empresa que contratar outras para prestar serviços em seu estabelecimento pode constituir SESMT comum para assistência aos empregados das contratadas, sob gestão própria, desde que previsto em Convenção de acordo Coletivo de Trabalho. Neste caso, o SESMT deve ter seu funcionamento avaliado:

- a) mensalmente.
- b) bimensalmente.
- c) trimestralmente.
- d) semestralmente.
- e) anualmente.

10. O presidente da CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes é:

- a) designado pelos empregados.
- b) designado pelo empregador.
- c) eleito pelos empregados.
- d) eleito pelos representantes dos empregados na CIPA.
- e) eleito pelos representantes dos empregados e dos empregadores na CIPA.

11. O mandato dos membros eleitos da CIPA terá duração de:

- a) quatro meses.
- b) seis meses.
- c) doze meses.
- d) dezoito meses.
- e) vinte quatro meses.

12. Todo dispositivo ou produto de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho é denominado:

- a) apoio ao trabalhador.
- b) dispositivo de controle.
- c) equipamento de uso misto.
- d) equipamento de proteção coletiva.
- e) equipamento de proteção individual.

13. Luvas, creme protetor, manga, braçadeira e dedeira são EPI para proteção:

- a) do tronco.
- b) dos membros superiores.
- c) dos membros inferiores.
- d) das costas.
- e) da via respiratória.

14. Para o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, ficam desobrigados de indicar médico coordenador as empresas de grau de risco 1 e 2 com até:

- a) 10 empregados.
- b) 15 empregados.
- c) 20 empregados.
- d) 25 empregados.
- e) 30 empregados.

15. Para os trabalhadores menores de dezoito anos e maiores de quarenta e cinco anos de idade, expostos a riscos ou situações de trabalho que não impliquem no desencadeamento ou agravamento de doença ocupacional, ou, ainda, que não sejam portadores de doenças crônicas, os exames médicos periódicos devem ser repetidos a cada:

- a) um ano.
- b) dois anos.
- c) três anos.
- d) quatro anos.
- e) cinco anos.

16. Nas edificações, para garantir segurança a conforto aos que nela trabalham, os pisos:

- a) devem apresentar saliências e reentrâncias.
- b) não devem apresentar saliências nem depressões que prejudiquem a circulação de pessoas ou a movimentação de materiais.
- c) devem ser sempre lisos.
- d) devem ser salientes.
- e) devem ter ondulações.

17. No caso de proteção contra intempéries, as edificações dos locais de trabalho devem ser projetadas e construídas de modo a:

- a) evitar a insolação excessiva ou a falta de insolação.
- b) evitar a insolação.
- c) evitar a proteção contra água de chuvas.
- d) permitir a insolação excessiva.
- e) permitir a entrada de água de chuvas.

18. A sigla PPRA significa:

- a) Programa Próprio de Registro de Acidentes.
- b) Programa Privado de Riscos de Acidentes.
- c) Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.
- d) Programa de Prevenção de Riscos de Acidentes.
- e) Programa de Prevenção de Registros de Acidentes.

19. Em todos os serviços executados em instalações elétricas devem ser previstas e adotadas, prioritariamente, medidas de proteção coletiva aplicáveis, mediante procedimentos, às atividades a serem desenvolvidas, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores. As medidas de proteção coletiva compreendem, prioritariamente:

- a) a desenergização elétrica.
- b) a baixa tensão.
- c) a alta tensão.
- d) o curto circuito.
- e) a energia plena.

20. Segundo a NR10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, o projeto das instalações elétricas deve:

- a) ficar à disposição somente dos trabalhadores.
- b) ficar à disposição somente dos trabalhadores autorizados.
- c) ficar à disposição somente das autoridades competentes.
- d) ficar à disposição somente dos empresários.
- e) ser mantido atualizado.

21. O transporte manual de sacos é toda atividade realizada de maneira contínua ou descontínua, essencial ao transporte manual de sacos, na qual o peso da carga é suportado, integralmente, por um só trabalhador, compreendendo também o levantamento e sua deposição. Segundo a NR11 – Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais, a distância máxima para o transporte manual de um saco é de:

- a) 30 m.
- b) 40 m.
- c) 50 m.
- d) 60 m.
- e) 70 m.

22. Segundo a NR11 – Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais, é vedado o transporte manual de sacos, através de pranchas, sobre vãos superiores a:

- a) 0,50 m.
- b) 1,00 m.
- c) 1,50 m.
- d) 2,00 m.
- e) 2,50 m.

23. Nos locais de instalações de máquinas e equipamentos, as áreas de circulação devem ser devidamente demarcadas e em conformidade com as normas técnicas oficiais. As vias principais de circulação nos locais de trabalho e as que conduzem às saídas devem ter, no mínimo, largura de:

- a) 0,90 m.
- b) 1,00 m.
- c) 1,20 m.
- d) 1,50 m.
- e) 1,80 m.

24. Nas máquinas móveis que possuem rodízios, pelo menos:

- a) um rodízio deve possuir trava.
- b) dois rodízios devem possuir travas.
- c) três rodízios devem possuir travas.
- d) quatro rodízios devem possuir travas.
- e) cinco rodízios devem possuir travas.

25. Caldeiras a vapor são equipamentos destinados a produzir e acumular vapor sob pressão superior à atmosférica, utilizando qualquer fonte de energia, excetuando-se os refeedores e equipamentos similares utilizados em unidades de processo. Quando a caldeira for instalada em ambiente aberto, a “Área de Caldeira” deve estar afastada do limite com as vias públicas de, no mínimo:

- a) 1,00 m
- b) 1,50 m.
- c) 2,00 m.
- d) 2,50 m.
- e) 3,00 m.

26. Todos os reparos ou alterações em vasos de pressão devem respeitar o respectivo código de projeto de construção e as prescrições do fabricante no que se refere a:

- a) materiais, procedimentos de execução, procedimentos de controle de qualidade, qualificação e certificação de pessoal.
- b) tipos de reparos e projeto.
- c) materiais, procedimentos de compra e procedimentos de contrato.
- d) procedimentos de execução de materiais, procedimentos de vigia da caldeira e compra certificada de procedimentos.
- e) manutenção fiscal e contábil.

27. Os fornos, para qualquer utilização, devem ser construídos solidamente, revestidos com:

- a) aço.
- b) alumínio.
- c) material refratário.
- d) material aquecido.
- e) material fino.

28. Os fornos que utilizarem combustíveis gasosos ou líquidos devem ter sistemas de proteção para não ocorrer explosão por falha de chama do aquecimento ou no acionamento do queimador, bem como:

- a) eliminar o calor.
- b) eliminar os gases.
- c) evitar o retrocesso da chama.
- d) evitar apagar o fogo.
- e) alimentar o processo.

29. O exercício do trabalho em condições de insalubridade assegura ao trabalhador a percepção de adicional, incidente sobre o salário mínimo da região, para o grau mínimo, grau médio e grau máximo, equivalente a:

- a) 5%, 10% e 20%, respectivamente.
- b) 5%, 15% e 25%, respectivamente.
- c) 5%, 15% e 30%, respectivamente.
- d) 10%, 20% e 40%, respectivamente.
- e) 15%, 25% e 50%, respectivamente.

30. Nos limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente, para o nível de ruído de 85 dB, a máxima exposição diária permissível é de:

- a) 3 horas.
- b) 5 horas.
- c) 8 horas.
- d) 10 horas.
- e) 12 horas.

31. Para efeito das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, trabalhador jovem designa todo trabalhador com idade inferior a dezoito anos e maior de:

- a) doze anos.
- b) treze anos.
- c) quatorze anos.
- d) quinze anos.
- e) dezesseis anos.

32. Nos locais de trabalho onde são executadas atividades que exijam solicitação intelectual e atenção constantes, tais como: salas de controle, laboratórios, escritórios, salas de desenvolvimento ou análise de projetos, dentre outros, é recomendado, como condição de conforto, o índice de temperatura efetiva entre:

- a) 18 e 21 °C.
- b) 18 e 22 °C.
- c) 18 e 23 °C.
- d) 20 e 22 °C.
- e) 20 e 23 °C.

33. Nas atividades de processamento eletrônico de dados deve-se, salvo o disposto em convenções e acordos coletivos de trabalho, observar que o número máximo de toques reais, cada movimento de pressão sobre o teclado, exigido pelo empregador não deve ser superior a:

- a) 5.000 por hora.
- b) 6.000 por hora.
- c) 7.000 por hora.
- d) 8.000 por hora.
- e) 9.000 por hora.

34. A NR18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento, de organização, que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção. Nela, os alojamentos dos canteiros de obras são classificados no grupo denominado:

- a) Áreas de Vivência.
- b) Áreas de Descanso.
- c) Áreas de Lazer.
- d) Áreas de Dormir.
- e) Áreas Livres.

35. Segundo a NR18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, o local destinado ao asseio corporal e/ou ao atendimento das necessidades fisiológicas de excreção é denominado:

- a) bacia sanitária.
- b) instalação sanitária.
- c) chuveiro.
- d) lavatório.
- e) mictório.

36. Segundo a NR18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, os lavatórios devem ficar a uma altura de:

- a) 0,70 m.
- b) 0,80 m.
- c) 0,90 m.
- d) 1,00 m.
- e) 1,10 m.

37. Segundo a NR18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção:

- a) é permitido aquecer refeições no alojamento.
- b) é permitido aquecer refeições de forma controlada no alojamento.
- c) é permitido aquecer refeições a baixas temperaturas no alojamento.
- d) é proibido aquecer refeições no alojamento.
- e) é proibido dormir no alojamento.

38. Nos trabalhos realizados a céu aberto, é obrigatória a existência de:

- a) lanternas.
- b) maçaricos.
- c) calor.
- d) vento.
- e) abrigos.

39. Conforme a NR24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho, nas atividades ou operações insalubres será exigido um chuveiro para cada:

- a) 05 trabalhadores.
- b) 08 trabalhadores.
- c) 10 trabalhadores.
- d) 12 trabalhadores.
- e) 15 trabalhadores.

40. Segundo a NR24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho, as janelas dos vestiários devem ter a parte inferior do caixilho situado, no mínimo, a altura de:

- a) 1,00 m a partir do piso.
- b) 1,20 m a partir do piso.
- c) 1,50 m a partir do piso.
- d) 1,60 m a partir do piso.
- e) 1,80 m a partir do piso.

41. Segundo a NR24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho, as cozinhas deverão ter pé direto mínimo de:

- a) 2,70 m.
- b) 2,80 m.
- c) 2,90 m.
- d) 3,00 m.
- e) 3,10 m.

42. Segundo a NR24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho, a capacidade máxima para cada dormitório será de:

- a) 20 operários.
- b) 50 operários.
- c) 80 operários.
- d) 100 operários.
- e) 150 operários.

43. Segundo a NR26 – Sinalização de Segurança devem ser adotadas cores para segurança em estabelecimentos ou locais de trabalho, a fim de indicar e advertir acerca dos riscos existentes. O uso de cores deve ser:

- a) o mais amplo possível.
- b) o mais reduzido possível.
- c) para distrair o trabalhador.
- d) para causar confusão ao trabalhador.
- e) para causar fadiga ao trabalhador.

44. No caso de irregularidades quanto ao cumprimento das disposições legais e/ou regulamentares sobre segurança e saúde do trabalhador, o Agente da Inspeção do Trabalho, com base em critérios técnicos, poderá notificar os empregadores. O prazo para cumprimento dos itens notificados deverá ser limitado a, no máximo:

- a) 15 dias.
- b) 30 dias.
- c) 45 dias.
- d) 60 dias.
- e) 90 dias.

45. Entende-se por descumprimento reiterado, no tocante ao descumprimento do mesmo item da norma regulamentadora ou a negligência do empregador em cumprir as disposições legais e/ou regulamentares sobre segurança e saúde do trabalhador, violando-as reiteradamente, deixando de atender às advertências, intimações ou sanções e sob reiterada ação fiscal por parte dos Agentes da Inspeção do Trabalho, quando ocorrer por:

- a) duas vezes.
- b) três vezes.
- c) quatro vezes.
- d) cinco vezes.
- e) seis vezes.

46. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo Federal, é correto afirmar que:

a) a moralidade da Administração Pública se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. A legalidade, na conduta do servidor público, é que deverá consolidar a moralidade do ato administrativo.

b) a remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência em fator de legalidade.

c) em qualquer caso, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.

d) toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, mas deve sempre considerar que o interesse público deve prevalecer. Nenhum Estado pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo do hábito do erro, da opressão, ou da mentira, que sempre aniquilam até mesmo a dignidade humana quanto mais a de uma nação.

e) a função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada não poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.

47. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo Federal, é correto afirmar que:

a) a Comissão de Ética de um órgão ou entidade pública pode aplicar, dependendo do caso em que o servidor público estiver envolvido, pena de censura ou de suspensão de atividades e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes.

b) a pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética do seu órgão ou entidade é a de censura e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.

c) a Comissão de Ética de um órgão ou entidade pública deve, após a análise de caso em que o servidor público for considerado como autor de falta, instituir sindicância e notificar a chefia imediata do mesmo através de relatório assinado por todos os seus integrantes.

d) a pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética do seu órgão ou entidade deve ser informada à chefia imediata do mesmo, através de relatório assinado por todos os seus integrantes, para que esta sancione a sua aplicação.

e) a Comissão de Ética de um órgão ou entidade pública pode e deve aplicar o tipo de pena que couber a qualquer servidor público, após a análise do caso em que o mesmo for considerado culpado, através de relatório assinado por todos os seus integrantes e com ciência do faltoso.

48. De acordo com o art. 8º da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, algumas das formas de provimento de cargo público federal, são:

I – transferência, II – readaptação, III – reversão, IV – reintegração, V – recondução.

Associe cada uma das frases a seguir a uma das formas de provimento de cargo público e assinale a alternativa que contenha as associações corretas.

1. Retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez ou no interesse da administração.
2. Retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado.
3. Reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação quando invalidada a sua demissão.
4. Investidura do servidor em cargo compatível com a limitação que tenha sofrido.
5. Revogado pela lei nº 9.527 de 10/12/1997.

- a) I – 5; II – 3; III – 1; IV – 2; V – 4.
- b) I – 2; II – 1; III – 5; IV – 4; V – 3.
- c) I – 1; II – 2; III – 3; IV – 4; V – 5.
- d) I – 5; II – 4; III – 1; IV – 3; V – 2.
- e) I – 3; II – 5; III – 2; IV – 1; V – 4.

49. O servidor público federal, como concessão, pode se ausentar do serviço, sem qualquer prejuízo por:

- a) 1 (um) dia para doação de sangue e 1 (um) dia para se alistar como eleitor.
- b) 3 (três) dias consecutivos em razão de casamento ou de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.
- c) 8 (oito) dias consecutivos em razão de casamento ou de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.
- d) 2 (dois) dias para doação de sangue e 2 (dois) dias para se alistar como eleitor.
- e) 5 (cinco) dias consecutivos em razão de casamento ou de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

50. Dentre os deveres fundamentais do servidor público federal estão:

I - Resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.

II - Abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.

III - Ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, dar atendimento prioritário aos brasileiros natos, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstando-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmação I está correta.
- b) Somente a afirmação II está correta.
- c) Somente a afirmação III está correta.
- d) Somente as afirmações I e II estão corretas.
- e) Somente as afirmações I e III estão corretas.

51. O servidor público federal será aposentado compulsoriamente aos:

- a) 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e aos 60 (sessenta) se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
- b) 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
- c) 70 (setenta) anos de idade, com proventos integrais.
- d) 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e aos 30 (trinta) se mulher, com proventos integrais.
- e) 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e aos 30 (trinta) se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

52. Um estrangeiro que não tenha adquirido a nacionalidade brasileira pode ocupar cargo no serviço público federal?

- a) Não, pois um cargo público federal só pode ser ocupado por brasileiro nato ou naturalizado.
- b) Não, por ser cláusula pétreia da Constituição Federal do Brasil.
- c) Sim, desde que tenha sido aprovado em concurso público.
- d) Sim, desde que os requisitos estabelecidos em lei sejam atendidos.
- e) Sim, desde que residente a mais de dez anos no Brasil e tenha sido aprovado em concurso público.

53. É vedado ao servidor público, sob qualquer condição, retirar da repartição pública, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público.

PORQUE

É vedado ao servidor público fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros.

Analisando as afirmações, conclui-se que:

- a) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
- b) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda não justifica a primeira.
- c) a primeira afirmação é verdadeira, e a segunda é falsa.
- d) a primeira afirmação é falsa, e a segunda é verdadeira.
- e) as duas afirmações são falsas.

54. O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, determina que a Comissão de Ética seja instituída no âmbito:

- a) do Poder Executivo, em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta e seja integrada por 3 (três) servidores ou empregados titulares de cargo efetivo ou emprego permanente com seus respectivos suplentes.
- b) do Poder Executivo, em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e seja integrada por 6 (seis) servidores ou empregados titulares de cargo efetivo ou emprego permanente com seus respectivos suplentes.
- c) dos 3 (três) poderes, em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e seja integrada por 3 (três) servidores ou empregados titulares de cargo efetivo ou emprego permanente com seus respectivos suplentes.
- d) dos 3 (três) poderes, em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta e seja integrada por 6 (seis) servidores ou empregados titulares de cargo efetivo ou emprego permanente com seus respectivos suplentes.
- e) dos Poderes Executivo e Legislativo, em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta e seja integrada por 6 (seis) servidores ou empregados titulares de cargo efetivo ou emprego permanente com seus respectivos suplentes.

55. O prazo de validade de um concurso público de provas ou de provas e títulos é:

- a) de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por mais 2 (dois) anos.
- b) de 3 (três) anos, podendo ser prorrogado por mais 3 (três) anos.
- c) o fixado em edital, sendo que a validade poderá ser de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada uma única vez, por 1 (um) ano.
- d) o fixado em edital, sendo que a validade poderá ser de até 3 (três) anos, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período.
- e) o fixado em edital, sendo que a validade poderá ser de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período.

56. Assinale a alternativa correta.

- a) Uma pessoa que ingressou em órgão público federal por concurso como técnico e, mais tarde, se tornou engenheiro, ocupará automaticamente o cargo de engenheiro, caso houver cargo de engenheiro vago.
- b) Uma pessoa aprovada em concurso público federal e que tomou posse por reversão, depois de permanecer no cargo por 35 (trinta e cinco) anos, pode se aposentar com proventos integrais.
- c) Uma pessoa pode tomar posse como servidor público federal, em caso de provimento do cargo por indicação, mesmo sem ter passado por concurso público federal.
- d) Uma pessoa pode se tornar servidor público federal em caso de provimento por nomeação somente após ter passado por concurso público federal.
- e) Uma pessoa pode tomar posse como servidor público federal no caso de provimento por nomeação, mesmo sem ter passado por concurso público federal.

57. O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito.

PORQUE

O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.

Analisando as afirmações, conclui-se que:

- a) a primeira afirmação é verdadeira, e a segunda é falsa.
- b) a primeira afirmação é falsa, e a segunda é verdadeira.
- c) as duas afirmações são falsas.
- d) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
- e) as duas afirmações são verdadeiras, e a segunda não justifica a primeira.

58. Algumas condições para o servidor atuar na atividade política são:

I – O servidor investido no mandato de prefeito será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

II – O servidor investido no mandato de vereador será afastado do cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo.

III – O servidor terá direito a licença, com remuneração, durante o período entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmação I está correta.
- b) Somente a afirmação II está correta.
- c) Somente a afirmação III está correta.
- d) Somente as afirmações I e II estão corretas.
- e) Somente as afirmações I e III estão corretas.

59. De acordo com a Lei nº 8.112, de 11/12/1990, assinale a alternativa correta.

a) O adicional por tempo de serviço é devido à razão de 1% (um por cento) por ano de serviço público efetivo, incidente sobre o vencimento.

b) Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento.

c) Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor fará jus a 3 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo.

d) A posse em cargo público ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado.

e) Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por perícia médica oficial.

60. Alguns dos requisitos básicos para investidura em cargo público são:

a) a nacionalidade brasileira; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; a idade mínima de 18 (dezoito) anos.

b) aptidão física e mental; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; a idade mínima de 21 (vinte e um) anos.

c) a nacionalidade brasileira; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível básico de escolaridade; a idade mínima de 21 (vinte e um) anos.

d) a nacionalidade brasileira; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível básico de escolaridade; a idade mínima de 18 (dezoito) anos.

e) aptidão física e mental; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível superior de escolaridade; a idade mínima de 21 (vinte e um) anos.